

**Sessões Ordinárias**

**Área: Metodologia e História do Pensamento Econômico**

***Do Economismo para a Ética do Desenvolvimento:  
O Sentido Ético Subjetivo em Kierkegaard***

Solange Regina Marin<sup>1</sup>  
André Marzulo Quintana<sup>2</sup>

**Resumo:** Nesse trabalho argumentamos que há reducionismo econômico nas principais correntes de estudo sobre o problema do desenvolvimento sugerindo perspectivas de novos temas. Inicialmente, apresentamos as principais discussões teóricas sobre desenvolvimento formalizadas na Ciência Econômica. Em seguida, registramos pesquisas recentes sobre a necessidade de se pensar o sentido ético, destacando a corrente denominada Ética do Desenvolvimento. Ao final, desafiamos o problema dos limites científicos impostos pela definição fixada pela corrente teórica com o sentido ético subjetivo de Kierkegaard, em contraposição ao conhecimento científico objetivo, com a intenção de liberar a visão no que diz respeito ao conhecimento e às observações empíricas das ações humanas.

**Palavras-Chave:** desenvolvimento, Ética do Desenvolvimento, subjetividade, Kierkegaard.

**Abstract:** In this work we argue there is economic reductionism in the main currents of study on the development problem suggesting perspectives of new themes. Initially, we present the main theoretical discussions on development formalized in Economics. Then we recorded recent researches on the need to think about the ethical sense, highlighting the approach called Development Ethics. In the end, we defy the problem of scientific limits imposed by definition fixed by theoretical current with the ethical sense subjective of Kierkegaard, as opposed to scientific objective knowledge, with the intention of releasing the vision with respect to knowledge and to empirical observation of human actions.

**Key-Words:** development, Development Ethics, subjectivity, Kierkegaard.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas/UFSM. E-mail: solmarin@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Economia Aplicada/UFRGS. E-mail: andremq@gmail.com

***Do Economismo para a Ética do Desenvolvimento:  
O Sentido Ético Subjetivo em Kierkegaard***

**Introdução**

Desenvolvimento é palavra que incita o debate, origina várias definições e causa a multiplicidade de visões. O procedimento comum consiste em escolher alguma definição, supostamente mais atraente, ou abrangente, e utilizá-la como regra para as análises e descrições dos processos de desenvolvimento. Esse processo é dedutivo, pois, o que a palavra desenvolvimento pretende abrigar, deve antes ser definido, sendo impraticável, por indução, coletar e tratar os variados atos e fatos humanos em sociedade sem uma definição abrangente para a palavra desenvolvimento. O investigador, nesse sentido, ou participa da corrente teórica que fixa a definição escolhida, ou participa do movimento contrário, como crítico da corrente dominante, porém ainda focando os fundamentos da teoria, na tentativa de solapar a mesma definição de desenvolvimento fixada pela corrente dominante.

Na primeira alternativa, a investigação percorre as diversas definições adotadas ao longo da história, descritas nas análises dos desenvolvimentos das sociedades em distintas épocas, e realça dentre essas análises o conceito com poder de explicação do atual. Na sequência, parte-se para as observações empíricas da atualidade que corroboram ou refutam a definição, para, por fim, apresentar discriminadamente os resultados pertinentes. Na segunda alternativa, a investigação critica os fundamentos das teorias ou correntes, identificadas nas análises feitas ao longo da história, pois os fundamentos fornecem a entrada para o campo de análise do problema, no caso, o problema do desenvolvimento.

O fato é que os fundamentos ou princípios, que são as bases das teorias científicas, não são corriqueiramente encontrados nas observações empíricas particulares. Os fundamentos devem possuir caráter geral. Eles detêm o poder de serem adotados para as observações empíricas em geral, pretendendo a universalidade, em qualquer época, no passado e no presente, independentemente da filiação do investigador em alguma teoria ou crítica. Por isso, seria necessária extensa vivência do investigador com o problema para, de forma geral, como num sobrevoo, estabelecer de forma indutiva os princípios que regem a vida, com caráter universal, tornando o procedimento dedutivo de escolha da definição o mais apropriado e comum no tratamento do tema do desenvolvimento.

Suponha-se que a Ciência Econômica, em particular, se distanciou ao longo de sua história da necessidade de estudar e, quiçá, questionar os fundamentos, tendo decidido adotar

majoritariamente determinado tipo humano, o *homo æconomicus*, com o padrão de comportamento fixado no indivíduo que maximiza a sua satisfação pessoal, limitando a essa tipologia a compreensão e o estudo de caso do desenvolvimento. O desenvolvimento econômico, portanto, é ambientalizado com a escolha da ação do ser humano que tem como princípio a busca de maximização de uma finalidade, quer seja felicidade, prazer, desejo ou satisfação, quer seja o se afastar de uma situação de risco. Uma vez decidido adotar esse princípio, ou não questioná-lo, o investigador se filia à corrente teórica e parte para as verificações empíricas dos conceitos estabelecidos pela teoria escolhida.

Contudo, a multiplicidade de visões acerca de qual desenvolvimento se trata ultrapassa esse tipo econômico de ser humano para o estudo da matéria. A variabilidade empírica confirma, todos os dias, que as pessoas adotam comportamentos diferentes, em ambientes e épocas distintas, além desse comportamento dito estritamente econômico. As ações humanas não estão voltadas todo o tempo para finalidades econômicas e, para a maioria, outras ações predominam no dia a dia. Existem inúmeras atividades economicamente desinteressadas, como escrever um texto ou admirar uma obra artística, efetuar um cálculo ou participar de uma confraternização, bem como inúmeros atos de solidariedade, de cuidar pessoas, crianças e idosos, ou de ajudar em situações de convulsão social, como acidentes naturais ou decorrentes dos artefatos humanos.

Porém, o problema do desenvolvimento não precisa ser situado nem na definição do *homo æconomicus*, tampouco na variabilidade empírica. O primeiro caso, como antes dito, consiste ou na defesa do uso do *homo æconomicus* nas observações empíricas atuais, ou na crítica dos seus fundamentos. No segundo caso, como também dito, a diversidade supera a capacidade de vivência do investigador, ainda mais no tema abrangente sugerido pela palavra “desenvolvimento”. O problema poderia se situar no acesso à diversidade ao distinguir o sentido do conceito de desenvolvimento, ou nos limites da razão científica puramente teórica, tal como hoje reconhecida e amplamente adotada, ou mediante a razão prática imediata, nem tanto prestigiada quanto a suprema razão científica.

A razão prática, tal como apresentada por I. Kant (1724-1804, filósofo prussiano), mostra o sentido ético para os fundamentos teóricos, ou seja, o estudo sobre os princípios e regras morais. Certamente que esses princípios são determinantes nas ações humanas em sociedade, ampliando a compreensão da temática em sua diversidade, além da visão estritamente econômica. O que se quer salientar é a importância a ser dada a esse sentido ético para abrir os horizontes do campo de estudo da matéria, rompendo com os limites impostos pela metodologia científica, além do estrito *homo oeconomicus* e das observações empíricas

fundadas nessa tipologia, ampliando o caminho para a compreensão da diversidade humana rumo ao desenvolvimento.

Pretendemos, nesse trabalho, assinalar as principais correntes de estudo sobre o problema do desenvolvimento, sugerindo, na sequência, perspectivas de novos temas. Na segunda seção, após a presente introdução, investigamos as correntes de estudo do desenvolvimento formalizadas na Ciência Econômica. Em seguida, na terceira seção, registramos estudos recentes sobre a necessidade de se pensar o sentido ético, destacando a corrente denominada Ética do Desenvolvimento. Na quarta seção, desafiamos o problema dos limites científicos impostos pela definição fixada pela corrente teórica com o sentido ético subjetivo, em contraposição ao conhecimento científico objetivo, com a intenção de liberar a visão no que diz respeito ao conhecimento e às observações empíricas das ações humanas. Nessa quarta seção buscamos inspiração em Søren Aabye Kierkegaard (1813-1855, filósofo e teólogo dinamarquês). Kierkegaard tratou exclusivamente de temas subjetivos em suas obras – da subjetividade sem objeto –, ao mesmo tempo em que, apregoado como fundador do existencialismo, salienta a importância da vivência para o conhecimento humano das ações humanas, provocando mais a aproximação entre o empírico e o subjetivo, realçando o sujeito que age segundo a sua vivência particular, do que a separação subjetivo-objetivo, normativa-positiva, teórico-prática propugnada pelo saber científico. Na última seção, argumentamos pela possibilidade de se ultrapassar o conhecimento científico dominante, notadamente o da Economia, ampliando o estudo do Economismo para a Ética do Desenvolvimento.

## **1. As Correntes de Estudo do Desenvolvimento na Ciência Econômica**

A discussão sobre desenvolvimento entendido como crescimento do produto nacional remonta aos pensadores clássicos, como Adam Smith (1723-1790), com destaque para a importância da divisão do trabalho e consequente especialização do indivíduo, bem como o papel da acumulação de capital. Furtado (2000, 2009) afirma que os economistas, de maneira geral, se preocuparam com o processo produtivo. Destaca que Adam Smith levantou tal questão que depois seria praticamente esquecida pelos pensadores ingleses. Smith se ateve à questão do por que cresce o produto nacional, e enfatizou que a causa de tal fenômeno estava no progresso da divisão do trabalho e suas virtudes: aumento de destreza do trabalho, economia de tempo e possibilidade de uso de máquinas.

Para Furtado (2000, 2009) os economistas clássicos pareciam ter em mente, na construção de seus esquemas, economias em desenvolvimento; em Smith essa ideia surge

explicitamente e de forma dogmática. “O progresso econômico parecia ser um fenômeno natural e que ocorria em quase todas as nações, mesmo naquelas que não tem desfrutado de governos mais prudentes e parcimoniosos” (FURTADO, 2009: 34). Furtado enfatiza que tal ideia não tem em Smith uma explicação que interage no corpo da Ciência Econômica, uma vez que, mesmo que se refira à acumulação de capital, Smith a descreve de forma exterior, sem estabelecer sua vinculação com progresso técnico e com aumento de produtividade.

Com Karl Marx (1818-1883), mais uma vez se realça a acumulação de capital para descrever as contradições do sistema capitalista. Furtado (2009) argumenta que, no modelo analítico de Marx, a análise das forças produtivas tende para uma teoria do desenvolvimento. Contudo, Furtado afirma que Marx buscava uma lei que move o sistema capitalista e não propriamente o desenvolvimento de um sistema econômico. “Parecia ele (Marx) ter consciência de que era possível formular uma teoria mais ampla do desenvolvimento econômico, mas limitou a sua atenção ao caso específico do *movimento da sociedade*” (FURTADO, 2009: 45).

Outra corrente de importância para a discussão do desenvolvimento é a dos norte americanos Thorstein Veblen (1857-1929), John R. Commons (1862-1945) e Wesley C. Mitchel (1874-1948). Esses pensadores compõem a matriz da Escola Institucionalista – antigo institucionalismo – no início dos anos de 1900. Para Conceição (2001), essa matriz do pensamento institucionalista tem como núcleo de pensamento os conceitos de instituições, hábitos, regras e suas evoluções, estabelecendo vínculo com especificidades históricas e com a abordagem evolucionária.

Os novos institucionalistas surgem nos anos de 1930, sendo seus principais representantes: Ronald H. Coase (1910-), Oliver E. Williamson (1932-) e Douglass C. North (1920-). Segundo Hodgson (2009), foi Williamson, em 1975, que cunhou o termo “nova economia institucional” – a NEI – e o adjetivo foi escolhido deliberativamente para distinguir do “velho” institucionalismo. Com exceção parcial de Commons, Williamson tem recusado ligação teórica entre seu trabalho e os dos institucionalistas americanos anteriores.

A mensagem principal se manteve comum nessas visões, concedendo especial relevância às instituições e ao papel da história no processo de desenvolvimento das diferentes economias. A diferença reside no fundamento que ativa o desenrolar do papel das instituições na história, na prática humana mais abrangente, como defendem os primeiros institucionalistas, ou no cálculo dos custos de transação, como realizado pelos denominados novos institucionalistas.

A antiga tradição buscava analisar os fenômenos econômicos a partir das influências de normas e valores coletivos, da tecnologia e dos condicionantes históricos da sociedade, usando contribuições de outras ciências, da Psicologia e da Biologia, e se distancia da economia do

*mainstream*. Nessa visão, os indivíduos interagem para formar as instituições, enquanto as preferências individuais são também moldadas por suas condições socioeconômicas. “*The individual is both a producer and a product of her circumstances*” (HODGSON, 1998: 177).

A NEI buscar oferecer um instrumento de compreensão da influência da matriz institucional sobre o ambiente econômico que esteja baseado nos mesmos fundamentos metodológicos-conceituais da economia convencional (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010). Como ressalta Hodgson (1998), a característica do projeto institucionalista novo, nos anos 1970 e 1980, é explicar a emergência das instituições, tais como a firma ou o Estado, tendo como referência o modelo de comportamento do indivíduo racional, rastreando consequências não intencionais em termos de interações humanas. “*The attempted explanatory movement is from individuals to institutions, ostensibly taking individuals as primary and given, in an initial institution-free ‘state of nature’*”. (HODGSON, 2009: 06).<sup>3</sup>

A questão do desenvolvimento, na Ciência Econômica, ganha um novo sentido com Joseph A. Schumpeter (1883-1950), ainda nos anos 1930. O desenvolvimento é pensado sob a ótica do desequilíbrio, especialmente resultante da introdução de inovações no processo produtivo. “É mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1982: 47). Segundo Furtado (2009), Schumpeter não estava interessado no fato de o empresário ser antecipador do lucro, mas sim ser o de ser transformador do processo produtivo. A ação criadora do empresário, com a introdução de inovações, seria o motor do progresso econômico. Schumpeter focou o processo econômico pelo lado da produção e percebeu a importância do progresso técnico, aliado ao comportamento do empresário líder, como fatores dinâmicos da economia capitalista.

Nos anos 1950, o debate sobre o desenvolvimento ganha força empírica com a implantação do Plano Marshall para reconstrução dos países da Europa devastados pela Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento surge a questão de se pensar a situação dos países atrasados em relação aos chamados países desenvolvidos e a toda uma discussão sobre a economia do subdesenvolvimento.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Hodgson (2009) destaca desenvolvimentos dentro na nova economia institucional que leva a uma crítica interna que possibilita uma conversação entre o velho e o novo. O diálogo é aprimorado pela emergência de algumas outras importantes escolas de pensamento – economia evolucionária e economia política constitucional – que tem focado a natureza e papel das instituições. O que surge como “economia institucional” nas próximas décadas pode ser diferente do que foi proeminente nos anos 80 e 90 e pode traçar sua genealogia a partir do velho e do novo institucionalismo.

<sup>4</sup> Para discussão dos diferentes pensadores na temática economia do subdesenvolvimento, ver: Agarwala, A. & Singh, S (org.) (2010).

Na comunidade europeia se forma uma equipe de pensadores que se dedicam a tratar de questões pertinentes aos países em desenvolvimento, todos preocupados em como incrementar o produto nacional bruto e o nível de emprego. Porém, esses investigadores ainda partiam da realidade dos seus países, fazendo o confronto entre o Norte desenvolvido e o Sul atrasado.

Segundo Santos (1997), a característica principal da teoria do desenvolvimento nascente era conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, geração de poupança e investimento que facilitavam a acumulação de riqueza dos indivíduos e de cada sociedade. A teoria permitiria localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente deste ideal.

Na Economia, autores como Singer, Lewis, Harrod, Domar e Nurkse se preocuparam em formalizar o comportamento e as políticas necessárias para alcançar desenvolvimento. Outros autores, como Perroux, Viner e Hirschman, adotaram métodos menos formais para elevar as sociedades tradicionais, de comportamento não racional e valores comunitários limitados, à condição de sociedades modernas (SANTOS, 1997).

Após a Segunda Guerra Mundial, e juntamente com os delineamentos teóricos dos autores europeus, surge a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) para contribuir com o crescimento econômico e social da América Latina. Existia a necessidade de se buscar um novo conceito teórico que fosse aplicado aos países em desenvolvimento. A CEPAL tem Raúl Prebisch (1901-1996) e Celso Furtado (1920-2004) como principais expoentes. Esses pensadores se debruçaram sobre os problemas específicos aos países latino-americanos.

Bielschowsky (2009) realiza uma revisão dos últimos 60 anos da CEPAL e destaca que as ideias dos 30 primeiros anos foram industrialização, nos anos 1950, reforma tributária, agrária e financeira para aprofundar a industrialização e reduzir as desigualdades, nos anos 1960, e reorientação dos estilos de desenvolvimento, nos anos 1970. Com a crise da dívida externa, nos anos 1980, ocorreram mudanças de prioridades no enfoque da CEPAL, do binômio produção-distribuição para temas macroeconômicos. Porém, persistiu o pensar sobre desenvolvimento, especialmente com Fernando Fajnzylber (1940-1991) que promoveu uma revisão do pensamento e a configuração de uma nova etapa neoestruturalista com ênfase no progresso técnico e acumulação de conhecimento – estudos neoschumpeterianos de sistema nacional de inovação – para estabelecer a reforma analítica no pensamento da CEPAL. Nos anos 1990, sem descuidar da necessidade de preservar estabilidade, o foco voltou para as reformas de longo prazo. Houve a atualização da CEPAL para a nova realidade de abertura

comercial, mobilidade internacional de capital, privatização e desregulamentação num contexto de relações mais estreitas com o resto do mundo e maior integração regional (BIELSCHOWSKY, 2009).

A preocupação com as questões de desenvolvimento e subdesenvolvimento teve como contrapartida dos teóricos da Economia do Subdesenvolvimento as propostas dos modelos de crescimento, nos anos de 1950. São destaques desse período, os modelos de inspiração neoclássica de Robert Solow (1924-) e os modelos de inspiração keynesiana, como o Harrod-Domar, de Henry R.F. Harrod (1900-1978) e Evsey D. Domar (1914-1997). Esses modelos, especialmente o de Solow, destacam que o crescimento seria explicado pelo progresso técnico exógeno.

O processo de crescimento das diferentes economias contrariou uma das principais conclusões preconizadas por Solow (1956), de que haveria uma convergência entre as rendas *per capita* dos países em desenvolvimento com as dos países desenvolvidos. Surge nos anos 1980, debate sobre as evidências factuais da divergência das rendas *per capita* entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, e que parte dessa falta de convergência estaria justamente no progresso técnico não explicado internamente no modelo original de Solow.

Os teóricos percussores do crescimento com progresso técnico endógeno, Romer (1986) e Lucas (1988), destacam as externalidades positivas com ênfase no capital físico e capital humano, respectivamente, para a explicação das diferenças entre as taxas de crescimento dos países. Trataram, sobretudo, de duas proposições essenciais da teoria econômica neoclássica, ou seja, a convergência e a concorrência perfeita. Porém, mesmo com esse esforço teórico e empírico, os teóricos do crescimento com o progresso técnico endógeno enfrentaram problemas para a incorporação desses elementos aos diferentes modelos. Romer (1994) destaca que os modelos de tradição neoschumpeteriana, com destaque para o Nelson & Winter (1982), seriam uma forma de incorporar a hipótese de divergência de renda *per capita* entre os diferentes países e a hipótese da tendência ao desequilíbrio e concorrência imperfeita.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Destaca-se que a tradição neoschumpeteriana desenvolve aprofundamentos da teoria de Schumpeter (1982), e que existem contribuições no pensamento microeconômico que identificam na atividade inovadora da firma o elemento central de análise do progresso técnico e uma visão macro ou sistêmica da inovação com destaque para a importância da ação coordenada de diferentes atores institucionais (universidades, empresas, instituições de pesquisa) no desempenho tecnológico dos países. Ou seja, a ênfase do pensamento neoschumpeteriano está no desenvolvimento da argumentação de Schumpeter sobre a importância da inovação do processo de desenvolvimento econômico. Dentre as muitas contribuições, destacam-se: Carlota Perez (2004); Nelson & Winter (1982), Nelson & Rosenberg in Nelson (1993) e Dosi (1988). Mais recentemente tem-se a discussão sobre uma teoria evolucionária do desenvolvimento econômico que considere as instituições (Conceição, 2002; 2008). Também estudos sobre a perspectiva evolucionária e uma aproximação ontológica, ver Conceição (2012), Hodgson (2002) e Hodgson; Knudsen (2006).



Diante das crises do petróleo de 1973 e 1979, muitas economias focalizam suas políticas econômicas para os problemas macroeconômicos de curto prazo. A questão do desenvolvimento fica em segundo plano. Destaca-se, nesse período, o Consenso de Washington, formulado em novembro de 1989 e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, e suas condicionalidades aos países em desenvolvimento.

Dentro dessa nova configuração, de concentrar as políticas econômicas aos problemas macroeconômicos de curto prazo e de cumprimento das condicionalidades do Consenso de Washington, o papel do Estado, diferentemente de períodos anteriores, como nos anos 1950 e 1960, fica restrito ao preconizado pela visão neoclássica não intervencionista. Dani Rodrik (2001) destaca que a ênfase do Consenso de Washington na privatização, desregulamentação e liberalização comercial foi abraçada entusiasticamente pelos *policy maker* da América Latina e da Europa Oriental pós-socialista, e com mais precaução na África e Ásia. As reformas pró-mercado deram pouca atenção às instituições e à complementaridade entre as esferas pública e privada da economia. *“The role assigned to the government did not go beyond that of maintaining macroeconomic stability and providing education. The priority was on rolling back the state, not on making it more effective”*. (RODRIK, 2001: 2).

Porém, a discussão sobre um Estado intervencionista se dá em diferentes vertentes teóricas, dada a necessidade de sua reconstrução. Os pesquisadores destacam que as experiências de alguns países, especialmente as dos Asiáticos, demonstraram que o debate sobre um estado desenvolvimentista ainda está presente e ganha importância para se pensar a situação dos países em desenvolvimento.

Chang (2004) enfatiza o fato de os países desenvolvidos, ao proporem políticas como as do Consenso de Washington, estão chutando a escada pela qual subiram no processo de desenvolvimento. Também Peter Evans (1996, 2003, 2010) entra para a discussão dando importância para o estado desenvolvimentista que priorize, por exemplo, o uso do mérito nas diferentes esferas burocráticas (EVANS, 1996), que mude o foco do capital para as instituições deliberativas ou instituições políticas participativas, como o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre (EVANS, 2003), e ainda a necessidade de repensar a forma de um estado desenvolvimentista no século XXI, considerando a contribuição do que ele considera como sendo as três teorias modernas do desenvolvimento – teoria do crescimento endógeno, teorias institucionalistas e abordagem das capacitações de Amartya Sen (EVANS, 2010).

O termo desenvolvimento pode assumir diversos significados para diferentes pessoas e por isso a importância de se ter uma definição ou uma perspectiva sobre sua significação de modo a conduzir, por exemplo, a um determinado critério de medida. Em termos estritamente

econômico, e amplamente aceito na economia tradicional, desenvolvimento significa crescimento do produto interno bruto, sendo o produto interno bruto real *per capita* a medida comumente usada para ponderar o bem-estar de toda sociedade. Problemas de pobreza, discriminação social, desemprego e distribuição de renda eram de importância secundária para o “*getting the growth job done*” (TODARO & SMITH, 2009:15).

Os acontecimentos históricos e econômicos dos anos 1950 e 1960 mostraram que muitas nações em desenvolvimento alcançaram seu objetivo de crescimento econômico, mas mantiveram os níveis baixos de vida de grande parte da população quase inalterados, ou seja, havia algo de errado com a estreita definição de desenvolvimento. As questões de pobreza, igualitária distribuição de renda e crescente desemprego se tornaram relevantes no conceito de desenvolvimento. Nos anos 1970, desenvolvimento econômico passa a ser definido em termos de redução de pobreza, da desigualdade e do desemprego no contexto de uma economia global, com novo *slogan*: “*redistribution from growth*” (TODARO & SMITH, 2009:15).

Para Todaro; Smith (2009), um grande número de países em desenvolvimento conviveu com altas taxas de crescimento do PIB *per capita* nos anos 1960 e 1970, porém com pouca ou nenhuma melhora em termos de desemprego e desigualdade social. Pela definição anterior, estavam se desenvolvendo, o que não se verificava na prática para a maioria da população. A situação piora nos anos 1980 e 1990 quando as taxas do PIB ficaram negativas e os governos pressionados pelos serviços das dívidas externas, forçados a cortar mais os gastos, que já eram parcimoniosos, com programas econômicos e sociais. Tudo isso se reflete no fato de que o fenômeno do desenvolvimento, ou a existência de um estado crônico de subdesenvolvimento, não é questão meramente da economia científica, de medições quantitativas de renda, emprego e desigualdade. Subdesenvolvimento é fato real da vida que atinge muitas pessoas no mundo, ou seja, um estado de pobreza mental tanto quanto um estado de pobreza nacional. Todaro e Smith (2009) citam Denis Goulet para reforçarem seu argumento:

Underdevelopment is shocking: the squalor, disease, unnecessary deaths, and hopeless of it all!...The most empathetic observer can speak objectively about underdevelopment only after undergoing, personally or vicariously, the “shock of underdevelopment”. This unique culture shock comes to one as he is initiated to the emotions which prevail in the “culture of poverty”. The reverse shock is felt by those living in destitution when a new self-understanding reveals to them that their life is neither human nor inevitable ... The prevalent emotion of underdevelopment is a sense of personal and societal impotence in the face of disease and death, of confusion and ignorance as ones gropes to understand change, of servility toward men whose decisions govern the course of events, of hopelessness before hunger and natural catastrophe. Chronic poverty is a cruel kind of hell, and one cannot understand how cruel that hell is merely by gazing upon poverty as an object (GOULET, 1971:23 *apud* TODARO & SMITH, 2009: 15-6).

Todaro & Smith defendem que desenvolvimento, em sua essência, representa a totalidade de mudanças pelas quais um sistema social inteiro, direcionado para as necessidades e

desejos diversos dos indivíduos e dos grupos sociais dentro desse sistema, move de uma condição de vida percebida como insatisfatória para uma situação ou condição de vida considerada materialmente ou espiritualmente melhor (TODARO & SMITH, 2009: 16). Argumentam, ainda, que Amartya Sen enfatizou os objetivos humanos do desenvolvimento econômico.

A partir dos anos 1990, surge o pensar desenvolvimento humano, cujo foco de análise do desenvolvimento se desloca do aumento de renda *per capita* para a expansão das capacitações humanas – para o florescimento humano. Essa nova vertente tem como principal precursor no campo da Economia, Amartya Sen (1933-), com a contribuição essencial da necessidade de *link* entre a Economia e a Ética<sup>6</sup>. Sua análise parte da chamada Economia de Bem-Estar, dos pressupostos restritos da economia baseados na corrente ética utilitarista, os quais implicam no estreitamento do que ele denomina de conjunto de informações para a avaliação do bem-estar das diferentes pessoas.

Amartya Sen (1987) requer a junção entre a Ética e a Economia, e não a sua separação, como insistem os economistas do *mainstream* ao proporem a diferença entre economia positiva e economia normativa. Isso porque a Economia do *mainstream* adotou de forma incondicional a ética do utilitarismo nos seus fundamentos, decorrendo o cálculo utilitário para acessar o bem-estar<sup>7</sup>. Por isso, não há necessidade de debate na Economia a possibilidade de questionar os fundamentos com outros sistemas morais, isto é, debater sobre a ética. Como o utilitarismo se amolda propriamente ao cálculo, a Economia trata, então, de calcular as proporções entre preços e quantidades, produção, consumo e renda, satisfações, desejos e necessidades, mirando o objetivo utilitarista de maximizar o ótimo da sociedade, ainda que esse ótimo fique sem definição. Sen (1987) realça essa prevalência na Engenharia em detrimento da sua origem na ética. Ao longo do desenvolvimento da ciência, a Economia se dissociou da ética, como fonte de reflexões acerca de seus pressupostos, e se associou apenas ao utilitarismo, um tipo específico de ética.

Hodgson (2012) ressalta a necessidade de a Economia ser uma ciência evolucionária e moral. Destaca que a motivação moral em economia é rara. No que se refere à evolução da motivação moral, Hodgson (2012) afirma que um adequado entendimento das instituições exige reconhecer a moral tanto quanto motivações auto interessadas. Afirma ainda que valores e

---

<sup>6</sup> No campo da filosofia destaca-se Martha Nussbaum (1947-) e sua vasta contribuição para a chamada abordagem das capacitações humanas.

<sup>7</sup> Ver Sen & Williams (1983) para crítica ao utilitarismo. Sen (1977; 1998a; 1998b; 1999; 2002) discute a estreita base informacional da economia tradicional e destaca a importância da discussão do conceito de racionalidade como maximização, se seria ou não representativo do comportamento humano.

normas morais não são considerados na abordagem neoclássica, ou são incluídos no cálculo utilitário do indivíduo que busca maximizar sua satisfação. *“Either way, their distinct motivational significance is overlooked. Money value is used as the principal incentive. It is assumed that everything – including moral and aesthetic values – can be given a price”* (Hodgson, 2012: 06).

Diante dessa evolução histórica acerca do debate sobre desenvolvimento na Economia, muitas vezes apenas considerado como crescimento econômico passível de quantificação monetária, um problema de engenharia, encontra-se aberta a perspectiva de se reintegrar a ética no problema do desenvolvimento (Nelson, 2011), o que será visto na seção seguinte.

## **2. A Ética do Desenvolvimento**

Tem sido crescente o resgate da ética na Economia, exatamente na área em que se notabilizou Amartya Sen. O termo “ética do desenvolvimento”, como historiado por Gasper (2006) surgiu nos anos 1950 e 1960 no círculo intelectual do francês Luis-Joseph Lebreton (1897-1966), o movimento *Économie et Humanisme*, com o lema *“tous les hommes et tout l’homme”* (todos os homens e todo o homem) (Goulet, 2000: 34 *apud* Gasper, 2006). Denis Goulet (1931-2006) estendeu o estudo do *“development ethics”* e *“the ethics of development”* nas línguas espanhola e portuguesa (Ética Del Desarrollo e Ética do Desenvolvimento, títulos dos seus livros de 1965 e 1966, respectivamente), concluindo que: *“Every person and society wants to be treated by others as a being of worth, for its own sake and on its own terms, regardless of its utility or attractiveness to others”* (Goulet, 1975: 232, *apud* Gasper, 2006). Esse movimento (em estudos empíricos com grupos pobres e marginais na França, Espanha e Argélia, durante 1957-58, no Brasil, Guiné-Bissau, Sri Lanka e México, nos anos 1960) identificou que nem tudo seria conceituado como *commodity*, existindo inúmeras formas de ação social distintas do sentido econômico estrito (Gasper, 2006).

A forma de se incorporar ao desenvolvimento os aspectos humanos dos atores, incluindo as ações econômicas estritas, leva ao resgate da ética. Como salienta Gasper (2006), a primeira vantagem é que a ética permite a extensão do termo “desenvolvimento”, hoje em dia reconhecido pela sua complexidade e inúmeras definições. A segunda vantagem é o seu caráter geral, pois engloba os problemas humanitários do Sul, as relações entre o Sul e o Norte-Sul, as noções de ética do progresso social, as relações humanas, sejam elas locais, sejam *inter* povos, sejam elas vinculadas à humanidade como um todo, e não somente às relações internacionais bilaterais. Ainda segundo Gasper, a Ética do Desenvolvimento desperta os estudiosos do tema,

ao contrastar a abundância de visões alternativas com a necessidade de foco, tudo exercitado num ambiente maleável. Como quarta vantagem, Gasper salienta os níveis de relações humanas, o primeiro no ambiente pessoal e profissional, o segundo nas organizações, o terceiro nos estados e nas políticas, e, em quarto, perante a política global, os quais envolvem observar as várias experiências de vida, e não somente as relações de poder, mostrando que o normativo tem relação viva e direta com a variedade empírica.

A Ética do Desenvolvimento, originalmente proposta por Denis Goulet nos anos de 1960, e agora desenvolvida por pesquisadores como Gasper (2006, 2008, 2011), Crocker (2007) e Ellerman (2006), enfatiza que desenvolvimento é questão de valores, atitudes humanas e preferências para determinar quais são os custos toleráveis no percurso de mudança. Isso, segundo Gasper, é mais importante do que a alocação de recursos, habilidades ou racionalização do processo produtivo, como até então efetuado pela Ciência Econômica tradicional. O desenvolvimento pode ser estudado como fenômeno econômico, político, tecnológico ou social, ou seja, de forma interdisciplinar, e seus fins últimos são direitos de existência: prover todos os seres humanos com oportunidade de viver uma vida humana plena (GOULET, 1996).

Gasper & Truong (2010) propõem uma visão ampla de temas para uma Ética do Desenvolvimento, com sentido epistemológico, não no sentido de se criar e estruturar uma disciplina, mas a de ampliar o campo de estudo restrito da Economia. E apresenta em seguida contribuições contemporâneas para a formulação desse campo.

Gasper & Truong (2010) salientam que Amartya Sen, em seu *capability approach*, crítica o *mainstream economics* de forma consistente, pois também requisita os direitos humanos para o desenvolvimento, além da engenharia econômica. A abordagem é bem evidenciada pelas contribuições de Sen ao entendimento de privações humanas urgentes (fome, por exemplo), bem como na formulação do índice de desenvolvimento humano utilizado para as comparações entre as nações. A pesquisa sobre o bem estar está bem representada, como lembram Gasper & Truong, nos estudos de Ellerman (2006), no questionar a importância da autonomia para o indivíduo fazer e também participar (por exemplo, em debates sobre o desenvolvimento). Martha Nussbaum e O'Neill estudam na filosofia moral, e atuam sobre os direitos das mulheres, crianças, idosos e animais com respeito à justiça. Na Religião, Gasper & Truong referem aos movimentos da Teologia da Libertação, *Buddhist economics* e Sarvodaya como impulsionadores dos direitos humanos para o desenvolvimento.

Além das contribuições teóricas, Gasper & Truong (2010) classificam os grupos sociais que agem pelo desenvolvimento. Os humanistas propõem a declaração universal dos direitos humanos. A jurisprudência sobre o tema é formalizada pelo direito do trabalho, renda básica e

direitos dos excluídos, no particular, e o ativismo legal e judicial, no geral, diversificando as doutrinas jurídicas. Em termos de ética profissional, há o arcabouço de regras, guias e códigos presentes nas diversas instituições, fazendo da ética o estabelecimento de direitos humanos individuais na prática. A corrente feminista alerta para a injustiça de gênero, exigindo uma auditoria por gênero, e principalmente, a obrigação do cuidar dos outros (das crianças, dos idosos e da saúde), recomendando nisso a prática das virtudes humanistas. Como não fossem suficientes os diversos sentidos para se abordar a Ética do Desenvolvimento, Gasper & Truong destacam esse “cuidar” na ótica feminista, pois segue além das éticas utilitaristas, aristotélicas, kantianas e existencialistas: falta *concern*, *care* e *motivation* para pensar o desenvolvimento e também para essas éticas, temas da perspectiva feminista<sup>8</sup>.

É interessante notar nessa proposição de Gasper & Truong (2010) de temas para o campo da Ética do Desenvolvimento a presença marcante de questões essencialmente práticas, tais como a urgência em afastar o problema da fome e o desempenho profissional de cada um com respeito às normas internas da instituição. Também há temas essencialmente teóricos, como a jurisprudência publicada após o ativismo jurídico, essa uma atividade prática do denominado operador do direito, bem como os estudos das influências epistemológicas das éticas utilitaristas, aristotélicas, kantianas e existencialistas. Todos esses temas têm evidentes desdobramentos na Economia, mais precisamente no Desenvolvimento Econômico, pois é corrente que a fome, a profissionalização e o ativismo jurídico e filosófico determinam as ações humanas nas diversas decisões de políticas públicas, como, por exemplo, a repartição do orçamento e dos bens públicos.

Giri & Ufford (2004) requerem uma crítica moral do desenvolvimento, porém como algo que somente pode ser feito reconstruindo as noções de desenvolvimento pela responsabilidade. Giri & Ufford distinguem três fases, não só como momentos históricos, mas também como maneiras de se pensar a ontologia possível do problema do desenvolvimento. A primeira fase constitui a resposta da sociedade após a devastação da Segunda Guerra Mundial, de 1944 a 1947, quando a esperança (*hope*) se torna a reflexão apropriada para se pensar o desenvolvimento. A segunda fase, que se inicia em 1949, se caracteriza pelo processo científico do tema, cujas reflexões são políticas e administrativas. A necessidade de desenvolvimento implica a intervenção, quer seja do estado, quer seja do mercado, quer seja de qualquer outra organização social, tornando-se um processo voltado para a obtenção e gerenciamento de produtos e resultados. Nessa ênfase política do desenvolvimento, a ética é ingênua, pois refém

---

<sup>8</sup> Para uma interessante discussão sobre o *care* em Economia, ver Van Staveren (2001).

dos domínios teórico-científicos ou teórico-profissionais. A terceira fase, a partir de 1990, propõe-se a reflexão crítica, da “*hermeneutics of suspicion*”, de M. Foucault (1926-1984), para a “*hermeneutics of recovery*”, de Giri & Ufford (2004). A ontologia, agora nessa terceira fase, reconhece a heterogeneidade do campo de estudo do desenvolvimento, pois além dos formuladores de políticas (e dos administradores), existem grupos sociais participantes que objetivam ou a crítica da teoria ou a sua reconstrução em novas bases.

Por isso que nessa terceira fase a ética se aperfeiçoa. Agora, os atores, o estado, o mercado, os movimentos sociais e as organizações voluntárias, na percepção de Giri & Ufford (2004), podem ser reconhecidos, pois são os efetivos participantes do desenvolvimento. Interessa as práticas empíricas, porém também percebidas em narrativas morais e na contingência, no aqui e agora, admitindo o falibilismo da ação humana no presente e o abandono da habitual adesão à ordem, à estabilidade. Essa ética emergente, na expressão de Giri & Ufford (2004), está bem representada nas proposições de Goulet, no dar importância para as motivações corretas e os modos certos de políticas de desenvolvimento.

Esse aperfeiçoamento da Ética do Desenvolvimento une, ao invés de separar, como faz o estritamente científico, o normativo e o positivo, o fato e o valor, o sentimento e o empírico. O mundo não é composto unicamente de objetos, mas também dos sujeitos. Emerge daí não só o cuidado dos outros, mas também o cuidar de si como condição para cuidar dos outros. Aqui, Giri (2004) cunha a sua proposta de se ter responsabilidade quando se trata de desenvolvimento, porém uma responsabilidade não somente em relação ao outro, mas primordialmente em relação a si mesmo.

Como se depreende de Giri & Ufford, faz sentido se pensar a proposta de Amartya Sen de desenvolvimento como liberdade. A questão que representa o aperfeiçoamento ético de que se trata é que essa liberdade detém o comprometimento com o social, com o “nós”, mas também a ontologia de se pensar em si mesmo, com o “eu”. A percepção da liberdade se aperfeiçoa ao se tomar a subjetividade como origem em contraposição aos fenômenos guiados pelos objetos externos.

Gasper & Truong (2010) também realçam esse outro sentido para a investigação, tais como a compreensão da compaixão na ótica do Budismo, acessível na filosofia oriental, bem como desenvolvimento ético do si mesmo, como o visualizado por Giri & Ufford (2004), bem como os estudos orientados pela filosofia oriental de Sri Aurobindo (1872-1950), juntamente com a filosofia moral ocidental, notadamente a de Adam Smith e Soren A. Kierkegaard, e o não menos importante *to care* da ótica feminista.

Esse último sentido de investigação contém algo além do sentido prático-teórico até então corrente na ciência. A investigação sugere abordagens espiritualistas e sensitivas, religiosas e emocionais, de fé e paixão, temas esses superiores e, ao mesmo tempo, afastados da prática. Aqui se apresenta com rigor o positivismo e a sua crítica formulada pela Escola de Frankfurt, nos sentidos de excluir da Ciência temas metafísicos, o positivismo lógico, e a impossibilidade de se dar a primazia ao empírico e ao ato de contar e calcular observações catalogadas. A ciência, então formalizada e vigente por influência do positivismo lógico, excluiu os temas espirituais e sensuais, notadamente por distanciamento do sentido prático, pois ao mesmo tempo em que se afastou do debate de temas metafísicos – da reflexão, e, em decorrência, dos fundamentos científicos, perdeu o chão firme da empiria, tornando as observações meros acasos, decaindo para o relativismo. É por isso que esse algo a mais, até aqui percebido no comportamento humano em torno de uma espiritualidade e de uma sensualidade, amplia a ideia de fundamento para se pensar a Ética do Desenvolvimento, embora já não se tenha certeza se com isso restaria algum caráter científico, levando em conta o uso corrente desse termo.

A crítica científica nesses termos escapa do nosso atual espaço nesse trabalho. Pretendemos, por ora, seguir pelo outro lado e apresentar algum aspecto sobre esse algo a mais como sentido de investigação para as considerações éticas. Esse aspecto se obtém com o sentido ético subjetivo, ou seja, a investigação de filosofia moral que se conecta ao conhecimento subjetivo, do indivíduo e de sua vivência particular.

Por ser algo a mais, um pronome indefinido, embora superior para o entendimento humano, pois se trata de compaixão, de cuidar de si mesmo e dos outros, se revela complexo, intenso e talvez ilimitado. Contudo, devemos considerar como recompensa dessa investigação a possibilidade de formulação de um novo fundamento, profícuo para as demais investigações, sejam as científicas, sejam as doutrinárias, sejam as essencialmente práticas profissionais, seja a do conhecer a si mesmo, ou meramente questionamento filosófico. Veremos isso na próxima seção.

### **3. O Sentido Ético Subjetivo**

O desenvolvimento ético de si mesmo, tal como proposto e difundido por Giri & Ufford (2004), é o conhecimento subjetivo. Esse conhecimento é antigo. Provém do “conhece-te a ti mesmo” do Oráculo de Delfos. Com efeito, não é suficiente ao ser vivo observar as relações com objetos e com os outros indivíduos para aceitar o comportamento ético. Deve conhecer a si



mesmo, numa atitude introspectiva, subjetiva, e ponderar as recomendações morais nesse sentido subjetivo.

Nosso intuito, no presente trabalho, consiste em apresentar, em linhas gerais, o subjetivismo de Kierkegaard, e destacar a importância do “levar a vida que se leva”, em contraste ao “levar a vida que se deseja”, um senso existencialista guiado pelo sensualismo inerente do ser humano, cujo extremo absoluto é alcançado na fé religiosa. Kierkegaard mostra que a prática do dia-a-dia, entendida inicialmente como existencialista, tem um sentido que se afasta do empírico e se encaminha para o conhecimento de si mesmo, num sentido subjetivo, em busca do absoluto e do infinito na interioridade. Essa ampliação no conhecimento de si mesmo se traduz em indivíduos conscientes da sua presença e participação na vida social, com capacitação de discernir os objetivos em disputa nesse ambiente, para influenciar, discutir e propor soluções típicas de políticas públicas, quando chamado para participar do que é mundano, e também revela outra consciência de si, que independe do mundo imediato, voltada para a capacidade de reflexão, metafísica e mística – a experiência espiritual ou religiosa.

Interpretar Kierkegaard é um trabalho árduo, não só pela complexidade dos temas da subjetividade humana tratados pelo pensador dinamarquês, tais como angústia, desespero, sedução e amor, como também pelo seu discurso indireto que visa desconcertar o leitor, o qual inclui o uso de pseudônimos, criados segundo as personalidades requeridas para a descrição, os quais se expressam por meio de cartas. Seu propósito é incitar o leitor a questionar e levantar a sua própria interioridade, diante da diversidade apresentada nas possibilidades de existências, e não de apresentar um sistema filosófico guia para essa interioridade.

Assim é que, para Kierkegaard, “a ironia é a primeira e a mais abstrata determinação da subjetividade” e foi magistralmente utilizada por Sócrates (469 a.C.-399 a.C.) para “se tornar estranho a toda realidade da substancialidade” e também para denunciar o helenismo de sua época (KIERKEGAARD, 2010: 248). A ironia está presente na forma de discurso da subjetividade e também na vida de todas as pessoas, pois “o que a dúvida é para a ciência, a ironia é para a vida pessoal” (KIERKEGAARD, 2010: 304).

As personalidades suscitadas por Kierkegaard, especialmente as que constituem os pseudônimos e seus pontos de vista diversos, precisam ser visualizadas segundo a sua proposta de três campos de vivência, ou seja, os estádios da vida humana ou os estádios no caminho da vida ou as estações na estrada da vida: o estético, o ético e o religioso (KIERKEGAARD, 2007a). Não são “estágios”, como no sentido histórico de que um preceda necessariamente o outro, mas “estádios” no sentido de que algumas vezes estamos num e outras vezes, noutro, consistindo o desenrolar da vida humana a aprendizagem dos limites de cada estádio e a escolha

pela consciência de um deles, que se torna o centro a partir do qual giram os demais. Porém, ainda que a passagem de um estágio a outro não signifique a completa destruição de um deles, a consciência ética é superior à estética, e, em seguida, a consciência religiosa pretende superar a ética, sendo esse o verdadeiro sentido subjetivo do desenvolvimento humano ou o caminho da vida.

Os escritos de Kierkegaard mostram que é a interioridade que conduz à verdade, e não a exterioridade científica. Essa reflexão profunda do Eu detém diversas implicações ainda inexploradas. Até mesmo no estágio estético, ambiente das suas primeiras obras, todas publicadas com o uso do pseudônimo, estágio esse amplamente conhecido como o campo de estudo do mundo material, objetivo, e como ele está representado para o indivíduo, há muito a explorar quando se depara com a subjetividade. Isso porque, para Kierkegaard, o estético não se perfaz apenas na catalogação dos objetos que aparecem. O caráter finito e imediato do objeto denuncia a precariedade do estágio estético. O si próprio é chamado a se manifestar sobre padrões estéticos, muitos dos quais alçados à condição de verdade científica, correndo o risco de adotar uma investigação psicológica na qual o próprio Eu se torna o objeto, permanecendo, dessa maneira, no estágio estético.

A dúvida metódica de René Descartes (1596-1650) parece ser o caso exemplar de representação do momento em que o estético externo perde relevância para o estético interno. No entanto, e aqui Kierkegaard faz a diferença, o voltar-se para si deve ir além da dúvida, tanto em relação ao objeto quanto ao sujeito. Antes, Kierkegaard aconselhou a ironia em termos de discurso. Porém, agora para superar o estético, o filósofo dinamarquês mostra o sentimento do desespero perante a variabilidade empírica impossível de ser particularmente cooptada, pois a partir dessa tormenta emocional no conhecimento de si ocorre o salto para o estágio ético, e o indivíduo pressente a possibilidade de escolher o controle sobre si e, em decorrência, percebe a futilidade do desejo de conquistar ou dominar o mundo exterior.

Quando pienso, me relaciono de manera necessária com aquello que pienso, pero, precisamente por eso, la diferencia entre el bien y el mal no está dada. Piensa em lo que quieras, así pienses la más abstracta de las categorías, así pienses la más concreta, no piensas nunca bajo la determinación del bien y del mal; así piensas la historia em su totalidad, así pienses el movimiento necesario de las ideas, no piensas nunca bajo determinación del bien y del mal. Por eso, según mi opinión, bien puede uno darle la razón a la filosofía cuando dize que no puede pensar la contradicción absoluta, pero eso no implica em modo alguno que ésta no exista. Em cuanto pienso, me in initizo también a mí mismo, pero no de manera absoluta, pues me pierdo em el absoluto; sólo cuando me elijo de manera absoluta, sólo entonces me infinitizo absolutamente, pues yo mismo soy el absoluto, pues sólo puedo elegirme a mí mismo de manera absoluta, y esa elección absoluta de mí mismo es mi libertad, y sólo em cuanto me he elegido absolutamente a mí mismo he puesto una diferencia absoluta, a saber, la diferencia entre el bien y el mal. (KIERKEGAARD, 2007a: 202-203).

Ainda que Kierkegaard não tenha sido explícito crítico da situação social, política e econômica de sua época, a ética autônoma da pessoa absoluta se defronta com a situação da classe burguesa (ADORNO, 2010: 117). Na mesma corrente de Sócrates, Karl Marx, Arthur Schopenhauer (1788-1860) e Friedrich Nietzsche (1844-1900), Kierkegaard não se contentou com a sociedade humana estabelecida em seu tempo, requisitando a reformulação do indivíduo num sentido subjetivo, para a interioridade sem objeto, em busca da verdadeira liberdade inalcançável no mundo exterior. O estágio ético compreende a escolha do indivíduo por si mesmo, a assumir a responsabilidade por todos os seus atos, com a intenção de conceder um caráter geral para a sua individualidade. Porém essa virada também pode abrigar a interpretação do individualismo exacerbado, da coletividade de indivíduos que negam a si mesmos (*ibid*: 349). Se, por um lado, o cuidar de si contém o nascimento para a liberdade, ele também pode conter a morte para o cuidar de outros.

Essa subjetividade, para si e para os outros, ganha consistência em Kierkegaard nos seus discursos religiosos, presentes em sua última fase como escritor, quando se contrapõe aos doutrinadores místicos de sua época. Relevante ressaltar, a guisa de conclusão desse breve relato da difícil e penosa leitura dos discursos de Kierkegaard (*ibid*: 313), a prevalência do amor cristão universal – “Tu deves amar” – em oposição ao amor natural ou imediato, que faz a reconciliação do Eu com os outros no mandamento: Tu deves amar “o próximo”.

O próximo é o igual. O próximo não é a pessoa amada, pela qual tu tens a predileção da paixão, e nem mesmo teu amigo, por quem tu tens a predileção da paixão. O próximo não é, de jeito nenhum, se tu és alguém culto, a pessoa culta, com quem tu compartilhas a igualdade da cultura – pois com o próximo tu compartilhas a igualdade dos homens diante de Deus. O próximo não é, de jeito nenhum, alguém que é mais distinto do que tu, isto é, ele não é o próximo na medida em que é mais distinto do que tu, pois amá-lo por ele ser mais distinto pode bem facilmente ser preferência, e nesse sentido amor de si mesmo. De maneira alguma o próximo é alguém que é mais humilde do que tu, isto é, na medida em que ele é mais humilde do que tu ele não é o próximo, pois amar alguém porque ele é mais pobre do que tu bem pode ser condescendência da preferência, e nesse sentido amor de si mesmo. Não, amar o próximo é igualdade. É estimulante em tua relação para com uma pessoa distinta, que nela tu *devas* amar o teu próximo; é bom para a tua humildade na relação para com o mais humilde, que tu nele não tenhas de amar o mais humilde, mas sim *devas* amar ao próximo; é libertador, se tu o fazes, pois tu *deves* fazê-lo. O próximo é todo e qualquer homem; pois pelas diferenças ele não é o teu próximo, nem mesmo pela igualdade contigo no interior da diferença em relação aos outros homens. Pela igualdade contigo diante de Deus ele é o teu próximo, mas esta igualdade absolutamente todo homem tem, e a tem incondicionalmente. (KIERKEGAARD, 2007b: 81).

Essa citação exemplifica a força do discurso do filósofo dinamarquês, bem como da subjetividade para compreender temas humanos, tais como a liberdade e a igualdade, o amor e a relação do Eu com os outros. Não seria o caso de se pensar nisso enquanto se discute o desenvolvimento humano? Talvez tenha sido por isso que Giri (2011), muito apropriadamente, se inspira em J. Dewey (1859-1952): *The prime condition for a democratically organised public*

*is a kind of knowledge and insight which does not yet exist.* (John Dewey, 1927: 166; *apud* Giri, 2011: 99).

## **Considerações Finais**

A definição de desenvolvimento é e deve ser dinâmica. Não se restringe às análises perpetuadas na história da Ciência. Ela é multidisciplinar, envolvendo as mais diversas áreas do conhecimento, e é multifacetada, diversificada conforme o grupo social e determinada época. Ela tem uma necessidade de atualização para caracterizar a vivência em sociedade. E essa vivência é cada vez mais realçada pela prática das pessoas que participam da sociedade, propugnando e decidindo sobre o caminho a ser trilhado em busca do sentido do desenvolvimento. Isso se revela na dificuldade de se tratar o tema cientificamente, realçando a necessidade de se expor com clareza a metodologia adotada pelo investigador, bem como a humildade em acolher as constantes revisões do método. Por isso que a crítica aos fundamentos assume importância; permite selecionar a metodologia resistente aos testes empíricos e aos anseios dos envolvidos. Além disso, a tentativa de solapar as fundações do edifício teórico implica na obrigação do investigador de apresentar propostas para a substituição da teoria dominante, abrindo novos campos de estudo.

A investigação das correntes de estudo do desenvolvimento econômico mostra a preferência por soluções intervencionistas, ditadas por formuladores de políticas públicas, com ênfase na produção em detrimento da distribuição. Depois de um curto período de desejo de reconstrução das nações desintegradas pela Segunda Guerra Mundial e pelo fim do colonialismo, quando o desenvolvimento representava mais o anseio da razão prática do que de sistemas elaborados para essa finalidade, o estudo foi dominado pela teoria econômica e a sua engenharia, tendo sido fixado como fundamento a razão prática do *homo œconomicus*. Contudo, a diversidade do tema e das formas de abordagem requerem a reformulação dessa teoria, clamando pela participação das pessoas no diagnóstico e na elaboração das soluções para o problema do desenvolvimento.

Essa participação humana deve ser compreendida pelo sentido ético a ser dado ao estudo. Por isso convém recomendar e defender o campo da Ética do Desenvolvimento para além do Economismo dominante, como já proposto por diversos estudiosos, alargando a temática não só pela interdisciplinaridade, mas principalmente para acolher as diversas visões particulares de indivíduos e grupos sociais organizados. Nesse campo há muito estudo inovador ainda por realizar, tais como os mencionados *capability approach*, *helping people help*

*themselves*, os propugnados por movimentos sociais e religiosos, o ativismo legal e judicial pelo direito do trabalho, da renda básica e das mulheres, crianças, idosos, animais e meio ambiente, a corrente feminista do cuidar dos outros e o desenvolvimento da responsabilidade que envolve, inicialmente, o cuidar de si, para aprender com isso o cuidar da humanidade.

Tal expansão supera a dicotomia positivo-normativa apartada pelo Economismo. O problema do desenvolvimento requer a compreensão dos funcionamentos e capacitações das pessoas, como ensina Sen, e também clama atenção para as narrativas morais e a contingência, como sugere a ética emergente de Giri & Ufford, uma vez que o problema não está situado apenas na teoria e prática discernidos, mas também no caráter vivencial dos indivíduos e da comunidade focalizada, tudo com o pano de fundo da ética. O problema, então, se transfere da engenharia econômica para a ética aplicada, do Economismo para a Ética do Desenvolvimento.

Contudo, a ética não precisa ser entendida exclusivamente como disciplina, ou seja, como um sistema teórico com fundamentos e princípios morais fixados para melhor compreender a vida em sociedade. Ela também pode ser apreendida no sentido subjetivo proposto por Kierkegaard, eis que também proporciona o caminho para a existência humana e a sua vivência em sociedade.

O presente texto fez uma visita nas diversas correntes de estudos relacionadas ao problema do desenvolvimento, inseridos como temas de epistemologia e ontologia, identificando a necessidade de questionar continuamente o objeto, o método e o objetivo do estudo. A inserção da Ética do Desenvolvimento, em especial, remete para a ontologia do ser humano e a diversidade decorrente das diversas formas de civilização. Finalmente, o considerar a si mesmo como participante e responsável pelo problema do desenvolvimento expande o estudo para a subjetividade, para o interior do indivíduo, modernamente inaugurado por Kierkegaard. Tais visitas mostram que o estudo é promissor e vasto, mesmo que recaia, por fim, no conhece-te a ti mesmo, antes de tudo.

## **Referências Bibliográficas**

ADORNO, Theodor W. (2010) *Kierkegaard: construção do estético*. São Paulo: UNESP.

AGARWALA, A. & SINGH, S (org.) (2010). *Economia do Subdesenvolvimento*. 2dn Ed. RJ: Contraponto.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2009). “Sessenta anos de la Cepal: estructuralismo y neoestructuralismo”. *Revista CEPAL*, 97: 173- 194.

CHANG, H. (2004). *Chutando a escada*. São Paulo: UNESP.

CONCEIÇÃO, Otávio Augusto (2001). “Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista?” *Revista Análise Econômica*, 19(36): 25-45.

CONCEIÇÃO, Otávio Augusto (2002). *Instituições, Crescimento e Mudanças na Ótica Institucionalista*. TESES FEE, Nº1. Porto Alegre: FEE.

CONCEIÇÃO, Otávio Augusto (2008). “A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social” *Economia e Sociedade*, 17(32): 85-105.

CONCEIÇÃO, Otávio Augusto (2012). “Há compatibilidade entre ‘tecnologia social’ de Nelson e a ‘causalidade vebleniana’ de Hodgson?”. *Revista de Economia Política*, 32(126): 109-127.

CROCKER, David (2007) “Goulet on Development Ethics and Non-elite Participation”. *HDCA Conference*, New York-USA.

ELLERMAN, David (2009). *Helping People Help Themselves*. Michigan: The University of Michigan Press.

EVANS, Peter (1996). “El Estado como problema y como solución”. *Desarrollo Económico*, 35(140), enero-marzo.

EVANS, Peter (2003). “Além da Monocultura institucional: instituições, capacidades e desenvolvimento deliberativo”. *Revista Sociologias*, Porto Alegre: PPGS/UFGRS, ano 5, n. 9.

EVANS, Peter (2010) Construção do estado desenvolvimentista do século XXI: possibilidades e armadilhas. Tradução de “Constructing the 21st century Developmental State: potentialities and Pitfalls”, p. 37-58 in Edigheji, Omano (ed.) *Constructing a Democratic Developmental State in South Africa Potentials and Challenges*, HSRC Press, Capetown, South Africa.

FILHO, Hélio Afonso; FILHO, Edison Benedito (2010). “A crítica novo-institucionalista ao pensamento da CEPAL: a dimensão institucional e o papel da ideologia no desenvolvimento econômico”. *Economia e Sociedade*, 19, 2 (39): 211-232.

FURTADO, Celso (2009) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 5ª ed. RJ: Contraponto.

FURTADO, Celso (2000) *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Terra e Paz.

GASPER, D. (2006). “What is the Point of Development Ethics?” *Ethique et économique*, 4 (2), 2006.

GASPER, D. (2008). “Denis Goulet and the Project of Development Ethics: choices in methodology, focus and organization”. *Institute of social Studies*, Working Paper, n. 456.

GASPER, D. (2011) “Development Ethics – What? Why? How?”. *Conference Rethinking Development: Ethics and Social Inclusion*. Mexico, 2011.

GASPER, D. & TRUONG, Thanh-Dam. (2010) "Development Ethics Through the Lenses of Caring, Gender, and Human Security". In ESQUITH, Stephen L. & GIFFORD, Fred, ed. *Capabilities, Power, and Institutions: Toward a More Critical Development Ethics*. Pennsylvania : University Press, pp. 58-95.

GIRI, Ananta K. (2004). "Knowledge and Human Liberation: Jürgen Habermas, Sri Aurobindo and Beyond". *European Journal of Social Theory*. 7(I) : 85-103.

GIRI, Ananta K. (2011). "Gift of Knowledge: Knowing Together in Compassion and Confrontation". *Sociological Bulletin*. Indian Sociological Society. 60 (1), Jan-Apr, 2011, pp. 99-124.

GIRI, Ananta K. & UFFORD, Philip Q. Van. (2004) "A Moral Critique of Development: Ethics, Aesthetics and Responsibility". *Development Research Series*. Research Center on Development and International Relations. Working Paper No. 128. Disponível em [http://vbn.aau.dk/files/33966587/workingpaper\\_128.pdf](http://vbn.aau.dk/files/33966587/workingpaper_128.pdf). Acesso: fev. 2013.

HODGSON, Geoffrey (1998). "The approach of institutional economics". *Journal of Economic Literature*. Vol. XXXVI, pp. 166-192.

HODGSON, Geoffrey (2002). "Darwinism in economics: from analogy to ontology". *Journal of Evolutionary Economics*, 12: 259-281. .

HODGDON, Geoffrey; KNUDSEN, Thorbjørn (2006). "Why we need a generalized Darwinism, and why generalized Darwinism is not enough". *Journal of Economic Behavior & Organization*, 61: 1-19.

HODGSON, Geoffrey (2009). "Institutional Economics into the Twenty-First Century". *Studi e Note di Economia*, Ano XIV, pp. 03-26.

HODGSON, Geoffrey (2012). Toward an Evolutionary and Moral Science. Remarks on Receiving the Veblen-Commons Award. Disponível em: <https://uhra.herts.ac.uk/dspace/bitstream/2299/8785/1/906155.pdf>. Acesso: fev. 2013.

KIERKEGAARD, Søren A. (2007a) *O lo uno o lo outro: um fragmento de vida II*. Madrid : Trotta.

KIERKEGAARD, Søren A. (2007b) *As Obras do Amor: algumas considerações cristãs em forma de discurso*. Petrópolis : Vozes.

KIERKEGAARD, Søren A. (2010) *O Conceito de Ironia: constantemente referido a Sócrates*. Petrópolis : Vozes.

LUCAS, Robert (1988) "On the mechanics of economic development". *Journal of monetary economics*, 22(1): 3-42.

NELSON, Julie (2011) "Why Economic Issues are Ethical Issues". *Conference Rethinking Development: Ethics and Social Inclusion*. Mexico, 2011.

NELSON, Richard (ed.). (1993). *National Innovation Systems: A comparative Analysis*. New York: Oxford University Press.

NELSON, R.; WINTER, S. [1982] (2005) *Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica*. Campinas: Editora da Unicamp.

NUSSBAUM, Martha (2007). *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge: Harvard University Press.

PEREZ, C (2004). *Revoluciones Tecnológicas y Capital Financeiro: La dinamica de las grandes busbujas financieras y las épocas de bonanza*. Argentina: siglo xxi editores argentina.

RODRIK, Dani (2001) *Development Strategies for the next century*. Disponível: <http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/6/7616/DaniRodrik29-08.pdf>

ROMER, Paul M. (1994) “The Origins of Endogenous Growth”. *Journal of Economic Perspectives*. 8(1): 3-22.

SANTOS, Theotônio dos. (1997). A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. Texto de Discussão, n. 22, UFF.

SCHUMPETER, J. (1982) *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1982.

SEN, Amartya (1977). “Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory”. *Philosophy and Public Affairs*, 6(2): 317-344.

SEN, Amartya (1987). *On ethics and economics*. New York: Basil Blackwell

SEN, Amartya (1998a [1984]). *Resources, Values and Development*. Cambridge, London: Harvard University Press.

SEN, Amartya (1998b). *Reason before Identity*. New York: Oxford University Press.

SEN, Amartya (1999). *Development as Freedom*. New York: Anchor Books.

SEN, Amartya (2002). *Rationality and Freedom*. Cambridge, London: The Belknap Press of Harvard University Press.

SEN, Amartya & WILLIAMS, Bernard (1983). “Introduction: Utilitarianism and Beyond”, in SEN, Amartya & WILLIAMS Bernard (Eds.) *Utilitarianism and beyond*. London, New York, New Rochelle, Melbourne, Sidney: Cambridge University Press.

SOLOW, R. Um modelo de crecimiento. In: SEN, Amartya (Org.). (1989) [1956] *Economía del Crecimiento: selección de Amartya Sen*. México: Fondo de Cultura Económica.

TODARO, Michael & SMITH, Stephen (2009). *Economic Development*. 10th edition. Boston: Pearson Addison Wesley.



VAN STAVEREN, Irene. (2001). *The Values of Economics: An Aristotelian Perspective*. London: Routledge.